

A Medicalização do Fracasso Escolar¹

Michele Melo Reghelin

Psicóloga Clínica
Mestre em Psicologia Clínica
Especialista em Teorias e Psicoterapias Psicanalíticas da infância,
adolescência e adultos;
Psicóloga Escolar do Colégio Leonardo da Vinci Beta
michelereghelin@gmail.com

As discussões acerca de soluções para o fracasso escolar são necessárias para que a sociedade encontre novas alternativas às dificuldades vividas na sala de aula.

Usa-se comumente identificar os problemas de aprendizagem e comportamento através de conceitos de “higienização da escola”, “patologização escolar” e “medicalização”. Fala-se muito, no ambiente da escola, em manter a ordem e a organização da sala de aula, como se isso fosse garantia de um espaço saudável, excluindo o diferente, homogeneizando as características de cada comportamento individual e descaracterizando a diversidade. Com essa ideia de tornar os cidadãos mais “perfeitos” de uma padronização, passou-se a patologizar algo natural e humano, a vida.

Ao considerar o que é diferente como sinônimo de doença, a escola foi buscar na patologia respostas para seus problemas como o fracasso escolar. Quando, na verdade, seria necessário que o espaço pedagógico pensasse sobre o papel do professor e o que de fato ocorre na sala de aula. Nesse cenário de transformação de questões não médicas em questões médicas, onde se busca junto dos profissionais da saúde, soluções para os problemas escolares, é uma forma de resolver problemas pedagógicos através de receituários médicos, isso ganhou o nome de “Medicalização” (Collares e Moysés, 1994). Logo, a medicalização pode ser entendida como a atribuição ao indivíduo, da causa do fracasso escolar, culpabilizando-o e delegando à equipe de saúde (psicólogo, médicos, psicopedagogos, neurologistas, etc.), a responsabilidade por “curar” o aluno do seu “problema”, quando a escola não encontra a forma adequada para ajudá-lo.

Obviamente, existem situações em que há problemas individuais necessitando de atendimento de profissionais especializados de outras áreas, especialmente, da saúde, porém, esse não pode ser o padrão, e sim, a exceção. Não se pode atribuir os problemas de escolarização às crianças e suas famílias, explicando o fracasso escolar de uma forma tão ingênua. Conferir ao aluno e sua família a responsabilidade pelo fracasso escolar, exime o professor de suas responsabilidades, não possibilitando a busca de medidas

¹ REGHELIN, M.M. (2015). A Medicalização do Fracasso Escolar. Revista de Psicanálise – Grandes temas do conhecimento – edição 4, São Paulo: Editora Mythos.

alternativas para solucionar os problemas. Assim como, não dar ao professor ferramentas para identificar os ditos “transtornos”, e criar mecanismos de ensino que superem a “não aprendizagem”, pode frustrar e desvalorizar o trabalho docente.

Assim, procurar culpados para justificar tais equívocos é apenas uma forma de transferir ao outro os próprios medos e dúvidas, por um breve período de tempo, o que não gera mudanças. Há de se fazer presente a consciência de que a responsabilidade é de todos até mesmo quando há omissão, pois esta também é uma escolha.

Uma vez que a educação em nosso país é falha, as más condições do ensino, a falta de qualificação e preparo dos professores e a falta de uma política educacional, contribuem para tornar o ensino um sistema fadado ao fracasso. Daí decorre a insegurança do educador, que se deixa invadir por angústias quando algo foge do controle, e termina por rotular seu aluno, ao atribuir um diagnóstico inexistente, como forma de aliviar sua tensão. Logo, iniciam-se os encaminhamentos para atendimento externo, sem prévia análise do ambiente escolar, como por exemplo, da relação professor-aluno, aluno-colegas, professor-direção, escola-família, bem como das estratégias utilizadas pelo professor para construir sua aula.

Para isso, a escola precisa se olhar e fazer um mapeamento do trabalho desenvolvido, das dificuldades vividas, dos anseios e expectativas. Deve buscar compreender o que está comprometendo o aprendizado do aluno. O professor deve refletir sobre o seu papel, reconhecer a sua responsabilidade e importância na aprendizagem e no crescimento de uma criança ou adolescente. Também, deve ter espaço na escola para expor seus medos e sentimento de impotência que muitas vezes atrapalha seu desempenho profissional. Somente depois é possível pensar nas questões individuais dos alunos, suas atitudes, comportamentos, pensamentos e a sua relação com o ambiente familiar.

Um exercício que pode auxiliar a reflexão consiste em fazer algumas perguntas para si, como por exemplo, o professor pode se perguntar: consigo ajudar meu aluno? Ocupo meu lugar de autoridade (não de autoritarismo)? Sou omissivo? Aceito que um aluno tenha mais conhecimento do que eu? Gosto do que faço? Sinto-me qualificado e preparado para ser professor? Sinto-me reconhecido? Respeito o meu aluno? Consigo separar meus problemas pessoais dos profissionais? Será que às vezes ajo igual aos alunos, me infantilizo? Tenho atitudes preconceituosas? Entro em embates desnecessários? Aceito escutar críticas e feedbacks da Direção? Quais são as minhas expectativas para a turma de alunos quanto ao ano letivo?

Então, a partir dessas conjecturas, é possível tecer hipóteses sobre a dificuldade escolar vivida pelo aluno, o que servirá como bússola para o professor, pois ele não está habilitado a fazer diagnósticos nem determinar qual o tratamento mais adequado e muito menos, apontar se há necessidade de medicação. Mesmo os psicólogos escolares não devem fazê-lo, mas podem sim, acolher o professor e ajudá-lo a conduzir sua sala de aula, auxiliá-lo a lidar com o grupo, à medida que consegue enxergar e aceitar suas dificuldades. Ademais, a pergunta que não deve calar é: com que intuito, eu, professor, preciso de um diagnóstico do aluno? O que farei com isso? Mudará o funcionamento da minha sala de aula? De que modo?

Ainda, ao professor cabe a responsabilidade de estar preparado para identificar as dificuldades experimentadas pelo aluno, bem como os fatores que ajudam ou não o seu desenvolvimento e aprendizado, o que não é tarefa fácil. E assim, quando esgotadas todas as possibilidades que poderiam apontar as causas de um problema de aprendizagem bem como quando achados elementos pertinentes e oportunos que possam explicar a causa do sofrimento do aluno, o professor deve comunicar para a família suas observações, até mesmo descrevendo exemplos práticos, objetivando com isso, o comprometimento de todos para o bom processo de aprendizagem deste mesmo aluno. Nesse sentido, é fundamental que a família do aluno confie na escola e compartilhe da sua filosofia, pois caso não haja sintonia, haverá desvalorização do professor, insegurança do aluno e atrito entre família e escola.

A escola traz consigo expectativas e muitas vezes cria regras para formatar o cidadão, desconhecendo que existem fases do desenvolvimento que não se adequam a formatações tradicionais, como por exemplo: crianças de seis anos sentadas uma tarde inteira ouvindo uma aula. Isto é inviável, a escola bem como seu corpo docente, deve exigir da criança aquilo que corresponde a sua faixa etária, portanto muitas regras devem ser combinações específicas da sala de aula. A disciplina escolar só é importante quando criada no cotidiano, quando tem sentido para todo o grupo, deve ter a função de socializar e desenvolver o pensamento crítico (Meira, 2012).

Além disso, cada aluno é único, traz uma bagagem “desconhecida” cujas características individuais se sobrepõem, demandando do professor versatilidade, compreensão, respeito e autoridade. Em vista disso, o professor deve ter conhecimento sólido e profundo sobre o desenvolvimento da criança, não se satisfazendo com visões estanques (Moysés, Collares, 1997). Para tanto, ele pode fazer uso de estratégias conforme o perfil do grupo, tendo atitudes de motivação para a turma, valorização do aluno, seja no seu rendimento, como nas suas atitudes, na proposição de um ambiente

dinâmico e que mantenha a atenção do aluno, na construção de um bom e verdadeiro vínculo, na indicação de tarefas planejadas e organizadas, afinal, para falar de aprendizagem, é preciso que o aprendiz participe ativamente (Meira, 2012).

Sendo assim, é preciso mudar a forma como a Educação encara o seu próprio fracasso. Para isso, o ambiente pedagógico deve incentivar o pensamento crítico e ajudar na transformação social. Também, é preciso melhorar os critérios diagnósticos e a formação do professor deve capacitá-lo a diferenciar uma criança mal alfabetizada de um possível transtorno.

Por fim, é fundamental que a escola se responsabilize por promover a saúde mental, estimulando as potencialidades da pessoa, fortalecendo seus aspectos saudáveis (Estanislau, Bressan, Kieling & Mari, 2014). Além disso, falar sobre transtornos mentais na escola, ajuda a reduzir o estigma, melhora a autoestima e, conseqüentemente, o rendimento acadêmico do aluno, faz com que desapareça o bode expiatório e aumenta a eficiência do professor.

Referências Bibliográficas

Bressan, A. B. Kieling, C. Estanislau, G.M. Mari, J.J. Promoção da saúde mental e prevenção de transtornos mentais no contexto escolar. Em: Estanislau, G.M. & Bressan, R. A. (orgs.). Saúde Mental na escola: o que os educadores devem saber. Porto Alegre: Artmed, 2014, pp. 37-47.

Collares, C. A. L. Moysés, M.A.A. (1994). A transformação do espaço pedagógico em espaço clínico (a patologização da educação). *Série Ideias: Fundação de Desenvolvimento da Educação*, 23 (Cultura e saúde na escola), pp.25-3.

Meira, M.E.M. (2012). Para uma crítica da medicalização na educação. *Revista semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, 16 (1), pp.135-142.

Moysés, M.A.A. Collares, C. A. L. (1997). Inteligência abstraída, crianças silenciadas: as avaliações de Inteligência. *Revista Psicologia USP*, 8 (1), pp.63-89.